

# MÁRCIO MOREIRA ALVES

## Uma Vasta Crise

Nunca o tempo foi maior inimigo do Congresso como nos dias de hoje. O tempo e a *insensatez dos parlamentares* que, pelo acaso eleitoral, lá estão, manada sem rumo desde o desaparecimento do guia, Ulysses Guimarães, que a pilotava em meio às tempestades.

O tempo milita contra a revisão de uma Constituição que a maioria das forças políticas considera falha ao ponto de tornar o País ingovernável. Não ocorrendo um acordo de lideranças para votar, pelo menos, a reforma da Previdência e a reforma tributária, o plano de estabilização não terá viabilidade.

Contra a governabilidade trabalha também o prazo de desincompatibilização dos candidatos. Embalado pelas loas das classes dominantes, como as de terça-feira, na CNI, o ministro da Fazenda escolheu candidatar-se à Presidência da República para tentar dar continuidade ao seu plano durante o próximo quadriênio, em vez de seguir pilotando-o nestes primeiros meses.

A última e monumental sabotagem ao plano foi a decisão do presidente do Supremo, Octávio Gallotti, de considerar como inadmissível o dia de pagamento, o dia em que os recursos do Tesouro são postos à sua disposição e, em virtude disso, mandar calcular a transformação dos salários do Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo em URVs, com um aumento real de 10,9%. Recusou-se a negociar, rompendo acordo prévio com o ministro da Fazenda, que, por sua vez, quebrou involuntariamente a palavra empenhada com os militares de estabelecer a isonomia entre os poderes por medida provisória. Os presidentes das duas Casas do Congresso fizeram uma proposta *demi-vierge*, com só um pouquinho de safadeza. Queriam rachar o prejuízo, pagando só no dia 25.

O general Zenildo Lucena disse-me ontem que tira o seu time de campo até receber da equipe econômica informações sobre os efeitos desses aumentos em cascata sobre o plano. Se alguém for aumentado, os militares voltam a sustentar as suas reivindicações. É o velho ditado: "Ou todos se locupletam,

ou haja moralidade".

Trabalho do tempo contra as instituições foi o melindre de *elegância jurídica dos senadores* Ronan Tito, Josaphat Marinho e Cid Sabóia de Carvalho, a propósito do projeto de lei do deputado José Dirceu, aprovado pela Câmara, proibindo os parlamentares ladrões de buscarem a impunidade pela porta da renúncia aos seus mandatos. Ronan pediu vistas, interrompendo o processo de decisão. Cid e Josaphat redigiram um substitutivo, determinando que a renúncia não interromperia os efeitos dos processos penais contra os criminosos. O argumento: a renúncia é um direito pessoal que não pode ser proibido.

Juridicamente, deve estar certo. Politicamente, não podia estar mais errado. O que a opinião pública entende da fuga dos anões pela janela da renúncia é ter sido ela facilitada pelos senadores, que não puseram a tempo grades nesta janela.

Grande mudo desde a retirada em ordem do poder, o Exército remói as suas frustrações que são, como sempre, as da classe média. Politicamente, as camadas intermediárias da população são as mais oscilantes. Ontem, foram democráticas e saíram às ruas de verde e amarelo. Agora, pendem para o autoritarismo, de puro nojo.

As grandes empresas aproveitaram a recessão para adotar novos métodos de gestão participativa, buscando o diálogo entre os vários níveis hierárquicos, melhorando a competitividade e a produtividade. O Exército fez a mesma coisa. Atualmente, a maioria das unidades é comandada por jovens tenentes-coronéis, com a tinta da promoção ainda fresca, como dizem. E têm acesso direto e constante aos mais velhos, generais inclusive. O comandante de gabinete acabou.

O resultado, garantem os homens de estado-maior, é que jamais foram tão forte as cadeias de comando. Isso significa que a tropa vai para onde for mandada. Fica dentro dos quartéis, onde está; ou vai para a rua, se nela a classe média estiver. Nas reuniões do Alto Comando de amanhã e depois, essas alternativas deverão ser discutidas.